

BOLETIM 271

Brasília, 10 de janeiro de 2017

Emprego na construção civil cai pelo 26º mês em novembro

No acumulado de 12 meses, saldo negativo é de 437 mil postos de trabalho no setor.

O emprego na construção civil caiu 2,20% em novembro em relação a outubro de 2016, segundo levantamento do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base no Ministério do Trabalho e Emprego.

Essa foi a 26ª queda consecutiva de perdas de vagas no setor. Em 12 meses, o saldo negativo é de 437 mil postos de trabalho, uma queda de 14,5%, deixando o estoque de trabalhadores em 2,582 milhões. Em outubro de 2014, primeiro mês de queda, o estoque era de 3,57 milhões.

Nos primeiros onze meses de 2016, houve corte de 461.849 vagas, segundo o Sinduscon-SP. Desconsiderando efeitos sazonais, foram fechadas 26.917 vagas em novembro.

O agravamento do desemprego na construção em novembro, com o fechamento de mais de 58 mil postos de trabalho, já era esperado, segundo o presidente do SindusCon-SP, José Romeu Ferraz Neto.

Segmentos - A preparação de terreno e infraestrutura registraram as maiores quedas em novembro na comparação com o mês anterior, 3,73% e 3,31% respectivamente. No acumulado do ano passado



até novembro, o segmento imobiliário teve a maior queda (-17,66%), seguido por preparação de terreno (-14,77%).

Segundo o estudo, a deterioração do mercado de trabalho afeta quase todas as regiões do Brasil, com os piores resultados observados no Norte (-3,71%) e no Centro-Oeste (-2,67%).

Estado de São Paulo - No estado de São Paulo, houve queda de 1,77% no emprego em relação a outubro, uma redução de 12,5 mil vagas. O estoque de trabalhadores foi de 707,1 mil em outubro para 694,6 mil em novembro. No período, o segmento de preparação de terreno, imobiliário e infraestrutura responderam pelo pior desempenho, com quedas de -3,07%, -2,64% e -1,79%, respectivamente.

Na capital paulista, que responde por 44,5% do total de empregos no setor, a queda em novembro na comparação com o mês anterior foi de 1,62% (-5.115 vagas). Em 12 meses, São Paulo teve retração de 12,90%.

CONTRICOM – Diante do agravamento da crise no setor da construção, o presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, reiterou que “continuaremos dando prioridade à luta pela retomada da empregabilidade no segmento em 2017 e fazendo de tudo, junto às autoridades, para que os investimentos públicos e privados sejam incrementados rapidamente, pois estamos diante de um setor estratégico cuja cadeia produtiva tem tudo para responder rapidamente à crise, gerando emprego e renda”, sentenciou o dirigente sindical.

Fonte: Portal G1/Comunicação CONTRICOM

Discussão sobre a Reforma da Previdência deve mobilizar parlamentares e sociedade em 2017

Ainda no fim de 2016, a Câmara deu início à tramitação da reforma da Previdência enviada pelo governo. A mudança, prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, do Executivo, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) quanto à admissibilidade em um placar de 31 a 20. Pelo posicionamento até mesmo de deputados que votaram a favor do texto, há indicativo de que a proposta deverá ser modificada na comissão especial que será formada em 2017.

A proposta do governo prevê aposentadoria para trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público aos 65 anos com 25 de contribuição. Mas a forma de cálculo do benefício inicial faz com que um trabalhador nestas condições receba apenas 76% da média do que contribuiu. Para ganhar o total da média, ele teria que trabalhar por 49 anos.

O teto do INSS, que em 2016 foi de R\$ 5.189,82, seria o limite para a contribuição de qualquer trabalhador. Na prática, os servidores públicos que entraram após 2013 já estão nesta regra e precisam contribuir para um fundo complementar caso queiram receber mais na aposentadoria. Mas contribuir por 49 anos não garantirá o recebimento do teto porque será feita uma média das contribuições e pouca gente contribui pelo teto durante toda a sua vida



laboral. A regra em vigor hoje retira da média 20% dos menores salários.

Mercado de Trabalho - O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) (*foto*) é contrário à idade de 65 anos porque a realidade brasileira, segundo ele, é de dificuldade de colocação no mercado de trabalho para os idosos, “Vai obrigar a pessoa a continuar contribuindo após os 60 anos como se nós estivéssemos no pleno emprego”, afirma.

Faria de Sá destaca que, atualmente, pessoas de mais de 40 anos já têm dificuldade de emprego e são 12 milhões de pessoas desempregadas. “O governo tem que atender o mercado financeiro, mas não pode deixar de atender o simples, o humilde, o abandonado do trabalhador brasileiro”, afirma.

Já a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) critica também à equiparação de condições entre homens e mulheres. “É um desrespeito à história de luta das mulheres brasileiras que têm a dupla jornada, a tripla jornada, e que têm também o seu horário de trabalho. Obviamente que isso lhe dá uma especificidade e um direito à aposentadoria com idade menor”, afirma.

Sistema insustentável - Mas o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) disse que o sistema



previdenciário é insustentável e a reforma vai respeitar os direitos de quem tiver condições de se aposentar pelas regras antigas no momento da promulgação da emenda. “Nós entendemos que, de uma receita primária de R\$ 1,320 trilhão para uma despesa de R\$ 730 bilhões só da Previdência, nós não podemos comprometer o restante dos investimentos em saúde e em educação”.

Ele disse que pretende trabalhar para que o direito adquirido seja mantido, mas entende que as mudanças são necessárias para que próximas gerações tenham o direito de receber pela aposentadoria.

Fonte: Agência CÂMARA

Nova medida provisória retoma pente-fino sobre benefícios do INSS

O governo federal vai retomar no dia 16 o pente-fino nos benefícios pagos pelo INSS. A reativação do programa foi autorizada pela Medida Provisória 767/17, em tramitação na Câmara.

A MP é uma reedição da MP 739/16, que não foi votada a tempo no ano passado. O governo chegou a mandar um projeto de lei (6427/16) para retomar a operação pente-fino, mas o projeto teve a tramitação interrompida pelo recesso parlamentar.

O novo texto exclui da perícia médica especial os aposentados por invalidez e os pensionistas inválidos com 60 anos ou mais. A proposta mantém em R\$ 60 o valor do bônus

especial pago aos médicos do INSS por perícia extra realizada.

Novos pagamentos - Com a medida provisória, as concessões de auxílio-doença que não têm data de validade passam a ser encerradas após um prazo de 120 dias. O texto também retoma a regra que restringe o direito aos benefícios do INSS para quem fica sem contribuir por algum tempo.

Antes, quem perdesse a qualidade de segurado deveria pagar quatro meses de contribuição para voltar a ter direito ao auxílio-doença e ao salário maternidade. O novo texto exige 12 meses de novos pagamentos.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, estão sendo chamados 530 mil beneficiários com auxílio-doença que estão há mais de dois anos sem perícia. A convocação será feita por meio de carta com aviso de recebimento.

O beneficiário que não atender à convocação ou não comparecer na data agendada terá o benefício suspenso.

Até 31 de outubro de 2016, haviam sido realizadas quase 21 mil perícias. 80% dos benefícios periciados foram encerrados na data da realização do exame.

Tramitação - A MP 767 será analisada por uma comissão mista de deputados e senadores antes de ser votada nos plenários da Câmara e do Senado. Ela tem validade por 60 dias, prorrogáveis por mais 60, e se não for votada nesse período deixará de produzir efeitos.

Fonte: Agência CÂMARA

Deputados criticam omissão do Estado no sistema penitenciário

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, deputado Padre João (PT-MG), estará nesta semana em Manaus, no Amazonas, e em Boa Vista, Roraima, para verificar de perto a situação dos presídios dessas capitais, que passaram por rebeliões com quase 100 mortes neste início de ano.

Segundo o parlamentar, a ideia é falar com as autoridades, mas principalmente com os parentes dos presos assassinados. “Todo familiar que tem um parente preso, em qualquer estado, se encontra em estado de pânico hoje”, comentou.

Padre João disse que o massacre de Roraima foi praticamente anunciado em carta divulgada pela imprensa e atribuída à facção paulista Primeiro Comando da Capital (PCC). Dessa forma, na avaliação do deputado, estaria ocorrendo um descontrole do Estado sobre o sistema penitenciário. Ele também citou a existência de investigações mais antigas da Polícia Federal sobre a atuação das facções criminosas nos presídios.

Sugestões ignoradas - Por sua vez, o coordenador da Frente Parlamentar de Segurança Pública, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), que também presidiu a CPI do Sistema Carcerário, cobrou do Executivo um respeito maior ao Legislativo.

Ele ressaltou que a comissão apontou o problema das facções e fez diversas sugestões de melhorias, que foram ignoradas pelo governo. “Em

alguns presídios, quem toma conta são os presos. Você não pode admitir isso, que é fruto da omissão total do Estado”, criticou. “Outro problema é a falta de qualificação de alguns funcionários, em geral terceirizados, que não sabem como agir em situações de anormalidade nos presídios”, acrescentou.

Fraga informou que a Frente Parlamentar de Segurança Pública solicitou um encontro com o presidente Michel Temer para ainda nesta semana.

Fonte: Agência CÂMARA



PEC reduz número de deputados federais

Está em análise no Senado, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38/2016, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) **(foto)**, que reduz o número de deputados federais para 405. Pelo projeto, o número mínimo de deputados federais passará de 8 para 4, nos estados com menor população, e o número



máximo de 70 para 50, nos estados mais populosos.

O projeto estabelece que o limite mínimo de quatro deputados nos estados menos populosos será atingido de forma escalonada, no quarto pleito após a promulgação da Emenda Constitucional. A mesma regra valerá para as unidades da Federação com número de deputados superior ao mínimo proposto.

Para o autor da proposta, a PEC tem o objetivo de diminuir o grave problema de desequilíbrio no que diz respeito à representação das bancadas dos Estados na Câmara dos Deputados e a consequente diminuição dos gastos públicos.

Álvaro citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que comprovam a disparidade da representação dos estados. Os números revelam que Roraima conta com 515 mil habitantes e São Paulo com 44,7 milhões. Diante da possibilidade constitucional vigente, Roraima com o número mínimo de representação teria 1 representante para cada 64 mil habitantes, já São Paulo com o número máximo de representantes teria 1 para cada 628 mil.

Álvaro ressaltou que a sobre-representação não é exclusiva do Estado de Roraima, atingindo também, de forma intensa, as representações dos Estados do Amapá, Acre, Tocantins e Rondônia, cujas bancadas atingem mais do que o dobro da proporcionalidade populacional.

— Um decréscimo na quantidade total de parlamentares, além de contribuir para a homogeneidade da representatividade, vai ao encontro do objetivo global de redução de gastos públicos e do tamanho do Estado — disse.

Fonte: Agência SENADO

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)